

Supervisão escolar e formação continuada na Educação Infantil - Qual a importância da formação continuada para o desenvolvimento das práticas pedagógicas na Educação Infantil?

Karina Macedo Jardim¹

Resumo

Ao longo do tempo, a Educação Infantil vem sofrendo transformações acerca de suas concepções. Um marco importante é a sua definição como primeira etapa da Educação Básica, pela Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a compreender este período como parte fundamental do processo educativo. Dessas mudanças surgiu a necessidade de elaborar um currículo que orientasse a prática pedagógica nas instituições de Educação Infantil. Contudo, ainda existem muitas discussões e divergências sobre o que deve ser ensinado nestas instituições. Sabe-se que as práticas pedagógicas são definidas a partir da formação de cada educador. Neste contexto, a formação continuada se faz necessária dentro das escolas de educação infantil e deve ser um processo contínuo e de longo prazo. O supervisor escolar tem papel de grande relevância neste aspecto, já que possui uma visão integrada do processo educativo e pode oportunizar essa formação através de projetos que envolvam todos os profissionais da Educação Infantil, promovendo discussões, estimulando a pesquisa e incentivando o trabalho em equipe no planejamento de estratégias para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação Continuada. Supervisor escolar. Práticas pedagógicas.

School Supervision and Continuing Education in Early Childhood Education - How important is continuing education for the development of pedagogical practices in Early Childhood Education?

Abstract

Over time, early childhood education has undergone transformations about his views. An important milestone is your definition as the first stage of basic education, by Law 9.394 / 1996 - Law of Directives and Bases of National Education, which came to understand this period as a fundamental part of the educational process. These changes came the need to develop a curriculum that orient pedagogical practice in childhood education institutions. However, there are still many arguments and disagreements about what should be taught in these institutions.

¹ Professora de Educação Infantil especialista em Supervisão Educacional (Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI / Indaial - Santa Catarina – Brasil) e em Espaços e possibilidades para formação continuada (Instituto Federal de educação, ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense – IFSUL / Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil)

It is known that the pedagogical practices are defined from the formation of each educator. In this context, continuing education is necessary within the preschools and should be a continuous and long-term process. The school supervisor has very important role in this regard, as it has an integrated vision of the educational process and can create opportunities such training through projects involving all professionals of early childhood education, promoting discussions, stimulating research and encouraging teamwork in planning strategies for the development of teaching practices.

Keywords: childhood education. Continuing Education. School supervisor. Pedagogical practices.

Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Sua finalidade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é promover o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Em sua origem, a Educação Infantil tinha caráter assistencialista. Suas instituições eram locais onde as crianças eram deixadas para que as famílias pudessem trabalhar e, também, onde recebiam cuidado, proteção e alimentação, entre outros.

Nas últimas décadas, a partir da publicação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, sua concepção mudou e esta etapa da educação nacional deixou seu caráter assistencialista para assumir caráter educativo, pelo menos em teoria.

Ainda é bastante comum encontrarmos, no cotidiano das instituições de ensino da primeira etapa da Educação Básica, práticas voltadas para assistência e um descaso com o processo educativo que priorize o desenvolvimento pleno

do educando.

Muitas transformações já aconteceram em todos os aspectos da Educação Infantil, desde a infraestrutura das escolas, como a contratação de

professores e gestores habilitados, elaboração de propostas pedagógicas, entre outros. Mas as mudanças são ainda muito pequenas e o progresso depende da prática docente.

O educador é o elemento central das mudanças. Cabe a ele refletir sobre sua prática, buscar aperfeiçoamento profissional, cobrar dos gestores escolares a elaboração de estratégias que busquem melhorar a qualidade do ensino nas instituições de ensino infantil.

Entretanto, sabemos que a prática docente está intrinsecamente ligada a formação de cada profissional. Sabe-se, também, que a formação inicial dos profissionais da educação sofre muitas defasagens, decorrentes de cursos de nível superior muito preocupados com a teoria e pouco preocupados com a prática.

Buscando solucionar as defasagens dos cursos de formação inicial e proporcionar o aperfeiçoamento profissional, são oferecidos aos docentes cursos de formação continuada. Porém, a forma como esta formação tem sido ofertada não tem contribuído para seus objetivos.

A formação continuada dos profissionais da educação não deve ser entendida apenas como a participação de cursos, seminários, fóruns, simpósios, etc. Estes cursos são importantes porque oportunizam ao professor refletir, conhecer novas concepções, relacionar-se com colegas de outras localidades. Mas a formação continuada também precisa acontecer dentro das instituições

de ensino, considerando as particularidades de cada escola, cada corpo docente e cada comunidade, para que as transformações sejam mais eficazes e os progressos mais significativos.

O supervisor escolar, em conjunto com os gestores da escola, educadores e demais profissionais envolvidos no processo educativo, pode oportunizar a

realização dessa formação dentro das instituições escolares, através de projetos contínuos e de longa duração, que busquem promover discussões e reflexões sobre a forma como deve ocorrer o processo educativo na escola da

qual faz parte, estimular o estudo e a pesquisa e incentivar o trabalho em equipe para elaboração de estratégias que busquem o desenvolvimento e a melhoria da qualidade educacional.

Pensando sobre a necessidade de repensar e transformar a prática pedagógica nas escolas de Educação Infantil, a importância da formação continuada neste processo e a relevância da ação supervisora para a realização desta, elaborou-se um projeto de pesquisa cujo tema central é a Educação Infantil. A delimitação do tema nos leva a refletir sobre relação entre a formação continuada e a ação do supervisor escolar para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Este projeto tem como objetivo geral "analisar a importância da formação continuada para as práticas pedagógicas na Educação Infantil" e objetivos específicos: a) conhecer a história da Educação Infantil no Brasil; b) discutir a importância da ação supervisora educacional para a realização de formação continuada nas escolas de ensino infantil.

A pesquisa realizada é, quanto à sua natureza, básica. Com relação à

abordagem do problema, é qualitativa. É exploratória, de acordo com seus objetivos e bibliográfica segundo os procedimentos técnicos.

Desenvolvimento

Para analisarmos a importância da formação continuada para o desenvolvimento das práticas pedagógicas, é importante em primeiro lugar, conhecer o como a Educação Infantil surgiu e se desenvolveu no Brasil.

Este artigo foi dividido em três subtítulos: Histórico da Educação infantil no Brasil, a importância da formação continuada para as práticas pedagógicas da

Educação Infantil e a importância do supervisor escolar na realização da formação continuada nas instituições de ensino.

Histórico da Educação Infantil no Brasil

As primeiras escolas, no mundo, surgiram na Grécia, na Antiguidade. Antes disso, "a educação era ministrada pela própria família, conforme a tradição religiosa" (ARANHA, 1996, p.50). A autora afirma que, no Brasil, as primeiras escolas são construídas logo após a chegada dos padres jesuítas, em 1549:

[...] apenas quinze dias depois, os missionários já fazem funcionar, na recém fundada cidade de Salvador, uma escola "de ler e escrever". É o início do processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil, até o ano de 1759, quando os jesuítas são expulsos pelo Marquês de Pombal. (p.99)

Esse foi o início do processo educativo brasileiro, que sofreu uma série de transformações ao longo da história e ainda as sofre. Inicialmente, apenas a elite tinha acesso à educação. Com as reformas, para atender as necessidades da sociedade que se desenvolvia, tornando maiores e mais

complexas as demandas educativas, a educação passou a ser universalizada. Entretanto as maiores reformas aconteceram no século XX aqui no Brasil.

Com relação à Educação Infantil, Silva e Francischini (2002, p.05), dizem que os primeiros jardins-de-infância no Brasil surgiram em 1877 e 1880:

[...] o primeiro, em São Paulo, na Escola Americana, atual Instituto Mackenzie e, o segundo, no Rio de Janeiro, ambos destinados às famílias de alto poder aquisitivo, possibilitando às mães se dedicarem às prendas domésticas.

[...] as creches funcionavam das 5:30h às 20:30h, de segunda a sábado, com exceção de dias de festa; as mães podiam amamentar os filhos duas vezes ao dia, sendo o restante da alimentação proveniente de mamadeira e cada ama era responsável por cinco ou seis crianças.

Em 1897, segundo as autoras, foi inaugurado, em São Paulo, o edifício do Jardim da Infância, com o objetivo de educar as crianças com idade compreendida entre quatro e sete anos:

O Jardim da Infância ou Kindergarten, embasado nas ideias do filósofo alemão Friedrich Wilhem August Froebel, tinha como objetivo e prática educar os sentidos das crianças. Utilizando jogos, cantos, danças, marchas e pinturas, o intuito era de despertar o divino que existia no interior da alma humana. (2002, p.06).

Percebe-se, nesse momento, o início de uma preocupação com a educação da criança. Os jardins-de-infância, posteriormente darão origem às instituições de educação infantil, que surgiram sob forma de creches e pré-escolas, no ano de 1899. Neste ano foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Criança do Brasil que tinha, dentre outros objetivos, criar creches e jardins de infância (SILVA e FRANCISCHINI, 2002, p. 06).

Maria Isabel Edelweiss Beje, em seu artigo "Educação Infantil: pra que te quero?", In Craidy e Kaercher, afirma que as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais, como a entrada da

mulher no mercado de trabalho que desencadeou mudanças que dizem respeito à natureza da criança: trabalho materno fora do lar, nova estrutura familiar, modificação do pensamento sobre o papel da criança na sociedade e na infância (2001).

Em 1909, foi construída a primeira creche para filhos de operários com até dois anos, mas "a maior parte das práticas voltadas para crianças de zero a seis anos era de caráter médico", isto é, buscando dar assistência e cuidado para as crianças sob sua proteção. (SILVA e FRANCISCHINI, 2002, p. 06). Silva e Francischini relatam que a partir da década de 1940, surgiram diversos órgãos e iniciativas voltadas para a proteção à criança, com ênfase na educação, destacando a LBA:

Em 1942, surgiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA), como uma iniciativa que contava com o poder público e privado, objetivando proteger a maternidade e a criança nos primeiros anos de vida. Um dos projetos pertencentes à LBA foi o Casulo. Criado em 1976, foi o primeiro projeto de educação infantil de massa [...] As unidades do Projeto Casulo atendiam crianças durante quatro a oito horas diárias, realizando atividades que atendessem às especificidades de cada faixa etária. Além de uma preocupação com a alimentação das crianças, o Projeto Casulo realizava atividades recreativas, atendendo às necessidades infantis, mas, em toda a bibliografia consultada, não há informações detalhadas a respeito dessas atividades. Apesar de ter sido implantado na década de 70, o Projeto Casulo foi fruto de uma união entre o governo e organismos intergovernamentais, principalmente o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que ocorreu durante a década de 1960, tendo como objetivo a implantação de programas para as crianças pobres. (2002, p. 10-11)

Nas últimas décadas, a partir da constituição de 1988, a Educação Infantil começou a se expandir no Brasil. Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 205, a educação é direito de todos e dever do Estado e assegura, no inciso IV, do artigo 208, o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas. A Educação Infantil deixa seu caráter assistencialista, para assumir caráter educativo.

Outro marco importante na história da Educação Infantil foi a criação da lei 9.394, de 1996, que a definiu como primeira etapa da Educação Básica e sua finalidade como "o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (art. 29).

Em 1998, é publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, cujo objetivo era orientar a prática educativa, definindo objetivos para a Educação Infantil e o que trabalhar em cada faixa etária.

Atualmente tivemos um avanço significativo com relação às legislações, com a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro de 2009, que revogou a Resolução CNE/CEB n. 1, de 07/04/1999, de caráter mandatório, que instituiu as novas diretrizes para a esta etapa da Educação Básica.

Faz-se necessário salientar que, atualmente, devido a alterações na legislação vigente, a Educação Infantil atende crianças até cinco anos de idade. Os alunos que completam seis anos até o dia 31 de março do ano letivo ingressam já no primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos.

Embora tenhamos alcançado muitos progressos ao longo dos últimos anos, as transformações são um processo lento e contínuo. Para que esse processo de desenvolvimento tenha continuidade é importante que os educadores busquem repensar e modificar suas práticas. E uma das formas para fazê-lo é através da formação continuada.

A importância da formação continuada para as práticas pedagógicas de Educação Infantil

As práticas pedagógicas estão intrinsecamente ligadas à formação de cada

profissional. A questão da formação docente tem sido discutida porque reflete diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

Os cursos de formação inicial, que habilitam os profissionais para exercer a docência ainda possuem estruturas tradicionais em sua grande maioria, embora algumas mudanças já estejam ocorrendo. Ainda assim, a maioria dos cursos de Ensino Superior não prepara o docente para os desafios da sala de aula, visto que se analisarmos suas grades curriculares a maior parte das disciplinas são voltadas para teoria e poucas para a prática.

Além da defasagem dos cursos de formação inicial, temos a situação dos profissionais que exercem a docência há muitos anos, sem buscar atualização. Desde que iniciaram suas atividades profissionais reproduzem as mesmas metodologias, muitas vezes arcaicas.

Neste contexto, a formação continuada torna-se necessária e de grande importância. Ela trata-se da participação de cursos nas diversas modalidades como fóruns, cursos de extensão, simpósios entre outros e é fundamental para que os educadores possam refletir sobre sua prática, ampliar seus conhecimentos e mantê-los atualizados.

Conforme estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas, por encomenda da Fundação Victor Civita, publicado em 2011, a formação inicial e continuada de professores repercutiu mundialmente a partir da década de 1980, especialmente em países da Europa e da América, momento em que começou a se manifestar insatisfação e preocupação com a qualidade da educação.

[...] a crise da escola e as novas demandas decorrentes das transformações sociais têm assumido lugar de destaque, evidenciando os reflexos das mudanças da sociedade globalizada sobre o trabalho dos professores e sua profissionalidade. O diagnóstico tem apontado o baixo desempenho dos alunos, o qual tem sido atribuído, em grande parte, aos professores e a sua

formação. Contraditoriamente, espera-se dos docentes que atuem como agentes responsáveis e se incubam de promover as mudanças esperadas na qualidade do ensino (2011, p.09)

Segundo o relatório final dos estudos da Fundação Carlos Chagas, "o conhecimento teórico e a prática da formação continuada do professor vão refletindo avanços no modo de pensar a docência" (2011, p. 10). Contudo, poucos profissionais participam frequentemente de cursos de capacitação e, grande parte, o faz por convocação das secretarias de educação. Não se pode desconsiderar uma pequena parcela de educadores que buscam aperfeiçoamento profissional por iniciativa própria, mas essa não é a regra.

Uma das importâncias atribuídas à formação continuada é a correção das defasagens decorrentes da formação inicial. Estas defasagens têm origem nas estruturas curriculares dos cursos de Ensino Superior, que muitas vezes é precária.

Uma ideia bastante arraigada na formação continuada é de que ela se faz necessária em razão de a formação inicial apresentar muitas limitações e problemas, chegando, em muitos casos, a ser de extrema precariedade. Nesse sentido, a formação continuada decorre da necessidade de suprir as inadequações deixadas pela formação inicial, que repercutem fortemente no trabalho docente. (Fundação Carlos Chagas, 2011, p.13).

No entanto, a forma como a formação continuada tem sido realizada não está alcançando avanços significativos para a transformação das práticas pedagógicas. Segundo os relatórios do Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal), do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (Pisa) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo a pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, é baixo o impacto dos programas de capacitação, transformação e aprimoramento das práticas docentes:

Esta formação continuada [...] não se esgota somente em um curso de atualização, mas deve ser encarada como um processo, construído no cotidiano escolar de forma constante e contínua. No

entanto, observa-se que na realidade não é isso o que ocorre na formação continuada de professores. Ela se dá geralmente com cursinhos de curta duração, simpósios, reuniões e também por outras ações que têm como princípio a prática da autoformação e da formação colaborativa entre professores [...] Esta é uma concepção errônea da formação continuada, e “mantém o professor atrelado ao papel de „simples executor e aplicador de receitas” que, na realidade, não dão conta de resolver os complexos problemas da prática pedagógica”. (Fogaça, S/D).

Antônio Nóvoa, em entrevista realizada pela revista Nova Escola, da editora Abril, afirma que professor se forma na escola. Para ele a melhor forma de aperfeiçoar a prática pedagógica é debatendo com os colegas. "A produção de práticas educativas eficazes só surge de uma reflexão da experiência pessoal compartilhada entre os colegas", diz ele. O pesquisador afirma, na entrevista, que apesar das mudanças ocorridas nos últimos tempos a formação ainda deixa muito a desejar.

Para Nóvoa:

O aprender contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve se concentrar em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente. Sem perder de vista que estamos passando de uma lógica que separava os diferentes tempos de formação, privilegiando claramente a inicial, para outra que percebe esse desenvolvimento como um processo. Aliás, é assim que deve ser mesmo. A formação é um ciclo que abrange a experiência do docente como aluno (educação de base), como aluno-mestre (graduação), como estagiário (práticas de supervisão), como iniciante (nos primeiros anos da profissão) e como titular (formação continuada). Esses momentos só serão formadores se forem objeto de um esforço de reflexão permanente.

Se encarmos a formação continuada sob esta perspectiva, compreenderemos que ela pode e deve ocorrer dentro das instituições escolares. Ela é de iniciativa do educador, é pessoal, mas também ocorre a partir da troca de experiências no cotidiano escolar, portanto, também é uma construção coletiva. Neste contexto o supervisor da escola tem papel relevante para estimular e realizar esse processo.

O papel do supervisor escolar na promoção da formação continuada nas instituições de ensino

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 62, parágrafo 1º, acrescentado pela Lei Nº. 12.056, de 2009, afirma que "a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério". O artigo 67, no inciso II, assegura o aperfeiçoamento continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim e no inciso V, período reservado para estudos, planejamento e avaliação incluído na carga de trabalho.

Observemos que a legislação federal que intui as diretrizes da educação nacional prevê a formação continuada dos profissionais da educação. Mas essa formação tem sido realizada apenas como a participação de cursos de rápida duração como fóruns, simpósios, seminários, entre outros, ofertados pelas secretarias de educação, e não tem obtido resultados significativos para promoção de mudanças no exercício docente.

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração asseguram e ofertam possibilidades de educação continuada, mas esse compromisso deve ser também das instituições de ensino. Se a escola encontra dificuldades para alcançar os objetivos propostos para o processo de ensino-aprendizagem, é necessário que ela busque como solução, melhor preparar seus educadores, através da formação continuada.

Segundo o professor Doutor em Educação Antonio José Müller, no caderno de estudos Supervisão Escolar, do grupo UNIASSELVI (2011, p. 136) "o MEC, através do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Educação, desenvolve

a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica", cujas principais diretrizes e intenções servem para determinar uma condução para a formação continuada de professores. Em 2005, foi publicado pelo Ministério da Educação, um manual chamado Orientações gerais: Formação Continuada de Professores da Educação Básica.

O autor menciona no caderno de estudos acima citado (p. 137-140), as principais diretrizes norteadoras da implementação da Rede Nacional de Formação Continuada: a) formação continuada é exigência da atividade profissional no mundo atual; b) a formação continuada deve ter como referência a prática docente e o conhecimento teórico, c) a formação continuada vai além da oferta de cursos de atualização ou treinamento, d) a formação para ser continuada deve integrar-se no dia a dia da escola, e) a formação continuada é componente essencial da profissionalização docente.

Duas dessas diretrizes nos oferecem a fundamentação necessária para compreensão de uma nova concepção de formação continuada: ela vai além da oferta de cursos de atualização ou treinamento e ela deve integrar-se no dia a dia da escola para ser continuada.

[...] a formação continuada não pode ser reduzida à atualização, menos ainda a um treinamento ou capacitação para a introdução de inovações ou compensação de deficiências da formação inicial. [...] Deve-se considerar o professor um sujeito, valorizando suas incursões teóricas, suas experiências profissionais e seus saberes da prática, permitindo que no processo, ele se torne um investigador capaz de rever sua prática, atribuir-lhe significados e compreender e enfrentar as dificuldades como as quais se depara. (MÜLLER, 2011, p. 138-139).

Não significa que a participação de cursos de capacitação e aperfeiçoamento não é importante, apenas que a formação continuada é muito mais que isso. Da mesma forma que nossos alunos precisam se apropriar de determinado conhecimento para atribuir-lhe um significado, tornando a aprendizagem significativa, o educador, enquanto eterno aprendiz, também precisa apropriar-

se da realidade escolar em que atua, para se tornar um sujeito de aprendizagem e ressignificar sua prática. Para isso, é fundamental que a formação profissional seja contínua e aconteça no cotidiano das instituições de ensino.

A dinamização da formação pedagógica, bem como a sua integração no dia a dia da escola, requer reuniões dos professores em conjunto com o (a) diretor (a) e pessoas do apoio pedagógico da escola para realizar estudos, partilhar dúvidas, questões e saberes num processo contínuo e coletivo de reflexão sobre os problemas e as dificuldades encontradas e o encaminhamento de soluções. [...] O envolvimento da equipe gestora tem sido apontado como um dos fatores decisivos para o bom desenvolvimento de programas de formação continuada com amplo envolvimento dos profissionais da educação. Nessa direção, o diretor e os demais componentes da equipe gestora enquanto docentes vivenciam e estimulam a participação de seus pares no processo de formação. (MÜLLER, 2011, p. 139).

Fica clara a importância da equipe gestora na mobilização dos profissionais que participam das atividades docentes para a formação continuada. Ela deve ocorrer durante toda a carreira profissional, visto que a sociedade está em constante transformação e a escola tem de acompanhá-las para atender suas demandas. É de extrema importância por parte da equipe gestora estimular no educador busca contínua por formação. Neste contexto, não podemos deixar de mencionar o supervisor escolar. Para Müller (2001), o supervisor tem função de estimular os professores e buscar alternativas para que os professores participem. Ele também deve buscar o aprimoramento de todos, mesmo os mais experientes, de maneira que novas possibilidades e tecnologias sejam aplicadas pelo professor (p.140).

Néreci (1986) e Rangel (2001), citados pelas professoras Chiodini e Piekarzewicz no caderno de estudos Planejamento e Prática em Supervisão Escolar do grupo UNIASSELVI (2013, p. 37), são atividades específicas do supervisor pedagógico: planejamento; coordenação e acompanhamento pedagógico; e avaliação.

Enquanto responsável pela coordenação e acompanhamento pedagógico, cabe ao supervisor, entre tantas outras atribuições, coordenar programas de treinamento e capacitação dos docentes, oportunizando a formação continuada e aprimorando o desenvolvimento deste profissional da educação.

As professoras autoras afirmam que o supervisor é um agente transformador de mudanças. Para elas, este profissional é fundamental para a escola, principalmente no que se refere à prática docente, pois ele é um dos mediadores entre saber fazer, o saber ser e o saber agir do professor. O supervisor desempenha a função de agente integrador por meio de uma ação conjunta para que a educação atinja seus objetivos primordiais, envolvendo todos que participam do processo educativo (2013, p. 91).

Considerando este processo de contínuo desenvolvimento, é preciso considerar que a formação continuada se faz necessário, pois as mudanças só acontecem a partir da reflexão e da busca pela inovação, que deve ser de iniciativa dos profissionais da educação (incluindo os gestores).

Sob esta perspectiva, uma das funções dos supervisores educacionais é estimular os professores a buscar novos conhecimentos, melhorar a qualidade dos saberes oferecidos aos alunos e reformular os conteúdos e a prática de ensino. Nesse sentido, o supervisor escolar passa a ser visto não mais como um agente controlador e fiscalizador da prática educativa, mas como um facilitador, mediador, investigador e, algumas vezes, dificultador em situações de acomodação.

O supervisor escolar precisa propiciar momentos de estudo com sua equipe de professores, num processo de educação continuada dentro do ambiente escolar, a fim de que os professores desenvolvam e aperfeiçoem suas habilidades, renovando seus conhecimentos, repensando a prática pedagógica e buscando novas metodologias de trabalho. (CHIODINI E PIEKARZEWICZ, 2013,

p.92).

No contexto educacional brasileiro atual, o supervisor assumiu um papel de grande importância, integrando-se à equipe da gestão escolar. Além de atribuições voltadas para o planejamento e avaliação do processo de ensino aprendizagem, ele atua como mediador desse processo. Durante muito tempo, ele era considerado um fiscal do processo educativo, essa visão se transformou. O supervisor pedagógico é de grande relevância também para a transformação das práticas pedagógicas, a partir da introdução de projetos de formação continuada dentro das instituições escolares.

Considerações finais

As práticas pedagógicas são determinadas pela formação do educador. Atualmente temos nas escolas de Educação Infantil profissionais recém formados, com pouca experiência e formação defasada, devido às condições precárias dos cursos de Ensino Superior e temos profissionais formados há bastante tempo, com muitas experiências, mas que reproduzem as mesmas metodologias arcaicas, sem buscar melhorar suas práticas docentes.

A formação continuada é fundamental nesse processo de evolução para a melhoria da qualidade das práticas educativas. Porém ela ainda é entendida como a participação de cursos de curta duração como fóruns, simpósios, seminários, etc. Essa participação é importante porque oportuniza corrigir as defasagens da formação inicial, a atualização dos conhecimentos, a troca de experiência com outros profissionais.

Mas ela não pode ser diminuída apenas a isso. O processo de formação continuada é muito mais abrangente. Ele acontece constantemente no cotidiano das instituições escolares, pelo menos deveria.

Da mesma forma que o aluno precisa se apropriar do conhecimento e atribuir-lhe um significado para tornar a aprendizagem significativa, o educador também precisa apropriar-se da realidade de sua escola para aperfeiçoar as práticas tornando-as significativas, enquanto eterno aprendiz.

Cabe ao educador tomar consciência que sua formação profissional é contínua, ocorre ao longo do exercício de sua profissão e que ela é fundamental para a transformação da sua prática docente. Ela acontece a partir da resolução de imprevistos do cotidiano escolar, da troca de experiências com os colegas, da busca por aperfeiçoamento através da participação de cursos, entre tantas outras situações da rotina escolar.

Entretanto não podemos delegar apenas ao educador o papel da transformação. Essa é uma ação conjunta de gestores, educadores, demais profissionais envolvidos no processo educativo das escolas de educação infantil (auxiliares, equipe de alimentação e limpeza, etc.)

O supervisor, enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem assume papel de grande relevância, já que entre suas atribuições estão o acompanhamento do trabalho do corpo docente e a promoção da formação continuada, bem como a mobilização dos profissionais de sua escola para um trabalho em equipe na construção de estratégias para a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas nas escolas de educação infantil.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BEJE, Maria Isabel Edelweiss. Educação Infantil: pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis (org.) **Educação Infantil: pra quê te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CBE n. 5, de 17 de dezembro de 2009.

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

Brasília: 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. v.1

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. v.2

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3

CHIODINI, Cláudia Roberta; PIEKARZEWICZ, Janaina da Costa Leal. **Planejamento e Prática em Supervisão escolar.** Caderno de estudos de pós-graduação do grupo UNIASSELVI. Indaial: Uniassevi, 2013.

FOGAÇA, Jennifer. **Formação Continuada de Professores.** Disposto em: <<http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/formacao-continuada->



professores.htm>, acessado em 15/01/2015.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Formação continuada de professores:** uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros. Disposto em:

<<http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-formacao-continuada.pdf>>. Publicado em 2011. Acessado em 12/01/ 2015.